

8 DEZ 1991

Anestesia Política

JORNAL DO BRASIL

Congresso

Está demonstrado que o mandato parlamentar insensibiliza o portador da confiança: todas as vezes que aumentam os seus proventos, os representantes do povo se esquecem de que os representados estão de olho neles. A taxa de impopularidade registra aumento imediato, mas os parlamentares sabem que é assim e preferem correr o risco a dar uma demonstração de espírito público, ainda que por exceção.

O acerto de contas se vem fazendo nas urnas, mas sem melhor resultado. Os representantes confiam demais na memória fraca dos representados, mas abusam. Tantas vezes quantas a inflação facilita, eles se reajustam regamente. Em tese, todas as formas de remuneração procuram ressarcir-se dos prejuízos da inflação, mas os deputados não renovam sequer os argumentos. Têm o desprazer de alegar que a remuneração alta é para defendê-los da corrupção. Ora, pelo que se acaba sabendo, a vacina não é eficaz. Não poucos abocanham o aumento e apanham por fora o que for possível.

Moralmente, a alegação é uma lástima: quando alguém diz que o aumento afasta as tentações é porque já está corrompido e sabe que está. A venalidade no exercício do mandato é uma questão moral, e não salarial. Mandato parlamentar não é meio de vida e muito menos de enriquecimento. Isto tem que mudar.

Desta vez, porém, os deputados foram mais longe na imprudência: aumentaram o funcionalismo público e se agraciaram no mesmo dia, sem atentar para a diferença percentual gritante. Concederam 20% aos servidores dos três Poderes, mas não se contentaram com menos de 102%, como se a inflação fizesse distinção entre uns e outros e pesasse mais sobre eles. Das explicações de natureza técnica, nada se aproveita: são como água na areia. O eleitor, em sua impotência diante do custo de vida, dirige a sua frustração contra o parlamentar.

Impressionam negativamente dois outros aspectos permanentes quando os deputados se concedem aumentos: a matéria é cuidada em segredo até o momento de ser aprovado e conta invariavelmente com a conivência de todos os partidos. O espírito do *centrão* baixa sobre a representação política como uma força sobrenatural, e não há ponderação que consiga movê-la da insensatez. De todas as vezes, sempre há um voto contra. O PT se tem incumbido de ser a exceção desde que chegou ao Congresso. Desta vez, porém, a Câmara se excedeu até o limite do cinismo: aprovou uma emenda que autoriza o deputado a não receber o aumento.

Em tempo: esta Câmara foi eleita em 1990 e termina o seu primeiro ano sem qualquer saldo apreciável. Exceto o título de pior representação que o Brasil já conheceu.